



# OCUPA PAULISTA: RELAÇÕES HISTÓRICAS E DESDOBRAMENTOS RECENTES A PARTIR DOS MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO NA AVENIDA PAULISTA, SÃO PAULO

EIXO TEMÁTICO: HISTÓRIA, URBANISMO E OUTROS CAMPOS DO CONHECIMENTO SOBRE AS CIDADES

**IZELI, Rafaela Lino**

Mestre; PPG-AU/UFBA

rafaela.izeli@hotmail.com

## RESUMO

Este artigo pretende demonstrar algumas relações históricas entre os movimentos de ocupação urbana recentes, os “Ocupas”, e seus precedentes. Para isso, toma como ponto de partida três acampamentos – o “Ocupa Paulista” (2017), o “Resistência Paulista” (2016) e o “OcupaSampa” (2011) – ocorridos na Avenida Paulista, em São Paulo, em momentos e contextos distintos, para interrogar na história tanto as condições que fizeram com que a Avenida se tornasse hoje o foco central das manifestações na capital paulista; quanto as características dos movimentos que permitiram compreendê-los como parte de um histórico “Ciclo Global de Lutas”. Ainda, em vista da reprodução viral deste modo de manifestação, pretende-se discutir alguns possíveis e duvidosos desdobramentos das Jornadas de Junho de 2013 que tiveram significativa contribuição na conjuntura atual política.

**PALAVRAS-CHAVE:** “Ocupas”; Avenida Paulista; Jornadas de Junho.



## CENAS INICIAIS: TRÊS ACAMPAMENTOS<sup>1</sup>

Mais de 30 mil pessoas. Uma parte vem do Largo da Batata. Outra parte da Praça da República. E nós vamos tomar juntos, agora, a Avenida Paulista.<sup>2</sup>

Ocupar, resistir e morar aqui. Ou dá a nossa moradia, ou nós não vamos sair daqui.<sup>3</sup>

Em 15 de fevereiro de 2017, manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)<sup>4</sup>, coordenados por Guilherme Boulos, saíram do Largo da Batata e da Praça da República para se encontrarem na Avenida Paulista, em São Paulo, e, por lá, montarem o que eles chamaram de um acampamento que duraria 22 dias. Contrários ao anúncio do então presidente Michel Temer que previa um corte na faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) – que atendia famílias com renda de até 1.800,00 reais –, os manifestantes se instalaram em barracas de lona preta na calçada entre a Rua Augusta e a Haddock Lobo em frente ao escritório da Presidência da República em São Paulo, em uma ocupação que ficou conhecida como “Ocupa Paulista”.

Contando com o apoio do Levante Popular da Juventude<sup>5</sup> e da Frente de Luta por Moradia<sup>6</sup>, além de políticos, artistas e intelectuais – como Eduardo Suplicy, Marcelo Freixo, Emicida, Criolo, Raquel Rolnik, entre outros –, foi montada uma cozinha coletiva no local e fizeram parte da programação do acampamento aulas públicas, shows, debates e assembleias. Moradores e comerciantes locais chegaram a fazer um abaixo-assinado pedindo o fim do

---

<sup>1</sup> Este texto é parte de uma dissertação de mestrado defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia intitulada “Domingos: camadas políticas sobre a Avenida Paulista” em que foram investigadas, para além dos movimentos de ocupação, as formas de uso e apropriação que se instauraram recentemente sobre o espaço da Avenida através do Programa Ruas Abertas.

<sup>2</sup> Fala de Guilherme Boulos, líder do MTST no documentário “Ocupa Paulista – A batalha na AV Paulista”, de 10 de março de 2017, produzido pela *MídiaNinja*, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=uWC00RSC10E>> Acesso em: 16 de mai. 2019.

<sup>3</sup> Fala de uma das integrantes do MTST no documentário “Ocupa Paulista – A batalha na AV Paulista”, de 10 de março de 2017, produzido pela *MídiaNinja*, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=uWC00RSC10E>> Acesso em: 16 de mai. 2019.

<sup>4</sup> Conforme informações em *site* próprio, o MTST é um movimento que organiza trabalhadores urbanos que vivem em bairros periféricos para lutarem não somente pela conquista de um pedaço de terra, mas contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas. Ver em <<https://mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>> Acesso em: 24 de ago. 2019.

<sup>5</sup> O Levante Popular da Juventude se diz uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação da sociedade. “Somos a juventude do projeto popular, e nos propomos a ser o fermento na massa jovem brasileira. Somos um grupo de jovens que não baixam [sic] a cabeça para as injustiças e desigualdades.” Ver em <<https://levante.org.br/>> Acesso em: 24 de ago. 2019.

<sup>6</sup> A Frente de Luta por Moradia (FLM), conforme informações disponíveis na *internet*, é um coletivo formado por representantes de movimentos sociais autônomos, cujo objetivo é a reforma urbana e um desenvolvimento urbano mais justo.



.....

[...] os movimentos de ocupação que agora acontecem em várias cidades do mundo também propõem a retomada da possibilidade dos cidadãos construir suas cidades e interferirem nos rumos de seus países. Por isso convidamos a tod@s: Venha [sic] ocupar!<sup>10</sup>

Iniciada em 15 de outubro de 2011, em resposta a um chamado global vindo dos Estados Unidos e da Europa que, via *Facebook* e *Twitter*, convocava todos “que se sentiam desconfortáveis com a situação econômica, política e social de seus países” (OLIVEIRA, 2014, p. 8) para uma mobilização mundial, a ocupação – nomeada a princípio de “Acampa Sampa” – levou cerca de 250 barracas e 600 jovens para acamparam sob o Viaduto do Chá na cidade de São Paulo. O nome logo se alterou para “OcupaSampa” já que, conforme Oliveira (2014), os participantes diziam se tratar não apenas de um “acampamento”, mas de uma “ocupação” que buscava ressignificar a cidade.

Diretamente relacionado com as ocupações de âmbito internacional que eclodiram no mesmo ano – como a Primavera Árabe, o 15M na Espanha e o *Occupy* nos Estados Unidos –, o “OcupaSampa” se definia como “um movimento pacífico, não violento, plural, horizontal e apartidário, que não compactuava com hierarquias, lideranças, votações, preconceitos, violência e representatividade.” (OLIVEIRA, 2014, p.9) Ainda, afirmava uma “busca pelo consenso em uma democracia onde não haja líderes e todos participem das tomadas de decisão.”<sup>11</sup> A ocupação tinha como mote uma infinidade de pautas que incluíam o combate à desigualdade social, à homofobia, à violência contra as mulheres, à especulação imobiliária, à corrupção, às obras da Copa do Mundo de Futebol, à construção da Usina de Belo Monte; a reivindicação pela tarifa zero no transporte público, pela legalização da maconha e do aborto, entre várias outras.

Os conflitos com os moradores de rua do Vale do Anhangabaú, com os traficantes locais e os “dependentes de crack que perambulavam pelas ruas como zumbis” (OLIVEIRA, 2014, p. 11) teriam feito com que o acampamento se mudasse para a Praça do Ciclista, na Avenida Paulista. Em *site* próprio, o “OcupaSampa” haveria informado em uma nota de 24 de novembro de 2011 que estaria ocupando a Avenida para dar visibilidade à pauta dos ciclistas,

---

<sup>10</sup> Trecho retirado do site do “OcupaSampa” em notícia publicada em 24 de novembro de 2011, intitulada “Ocupar a Av. Paulista para dar visibilidade à Praça d@ Ciclista”. Disponível em <<https://ocupasampa.milharal.org/2011/11/24/ocupar-a-av-paulista-para-dar-visibilidade-a-praca-d-ciclista/>> Acesso em: 24 de ago. 2019.

<sup>11</sup> Ver em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2011/11/ocupasampa-completa-um-mes-de-ocupacao-no-centro-de-sao-paulo/> Acesso em: 25 de ago. 2019.

uma forma de afirmar a Praça como um local de resistência daqueles que utilizavam a bicicleta como meio de transporte. Ali, o acampamento teria durado apenas dois dias, sendo removido após uma ação violenta da polícia municipal.

.....

As três cenas que trazemos no início deste texto nos colocam em meio a distintos protestos de ocupação que, em diferentes momentos e contextos, nos provocam a compreendê-los pelas suas relações históricas. Falamos especificamente de três episódios ocorridos na Avenida Paulista, em São Paulo, que, apesar de resguardarem semelhanças entre os modos com que se instalaram e utilizaram do espaço da Avenida, são extremamente díspares quando observados pelas suas pautas reivindicadas, pelos seus posicionamentos políticos e pelas ideias que dispersaram.

Primeiro, uma ação atrelada a um movimento de luta por moradia surgido no fim da década de 1990, em que as ocupações de terras urbanas eram a forma de atuação mais importante destes grupos, possibilitando pressionar os grandes proprietários e o Estado, além de servir como uma maneira de denunciar o problema social da moradia e de construir uma organização coletiva e autônoma dos trabalhadores nos acampamentos. Para Goulart, tais ocupações, sobretudo de terrenos destinados à especulação imobiliária, cumprem um papel de resistência territorializada e de construção de um espaço coletivo popular. “É nas áreas ocupadas que há formação política mais intensa, decisões sobre as ações coletivas, representação para as outras instâncias do movimento em níveis estadual e nacional.” Para a autora, a “ocupação centraliza as atenções e expande a potencialidade de luta, na medida em que congrega todo o conjunto de relações sociais que emergem desta forma de luta pela moradia.” (GOULART, 2011, p. 75)

Segundo, um protesto que se dizia valer das formas de ação da esquerda, que usava do acampamento como uma prática de pressão e busca de visibilidade, mas que rechaçava os próprios meios, afirmando-se como uma “ocupação de direita, pacífica e civilizada”. Nesse caso, apesar de adotarem modos semelhantes de organização, a negação da noção de ocupação fica bastante evidente, provavelmente em decorrência desta ideia estar historicamente associada a grupos de extrema esquerda, em um imaginário construído e difundido nacionalmente em torno de uma ação violenta e ilegítima, ameaçadora da manutenção da propriedade privada.

Por fim, a terceira cena nos mostra uma ocupação de jovens, predominantemente de classe média e bastante relacionada aos movimentos que ficaram conhecidos como “Ciclo Global de

Lutas”. O crescimento exponencial destes modos de organização foi bastante perceptível no início dos anos 2010 e contribuiu significativamente para a ampliação do termo “ocupação”. Essa constatação fica ainda mais evidente com os inúmeros “Ocupas” que se espalharam mundialmente e que tiveram como mote a tomada dos espaços públicos, contribuindo para a emergência do que foi considerado, por diversos pesquisadores, como a “volta às ruas”.

A partir desta breve explanação, procuramos entender estas manifestações como momentos disruptivos na história que, através de uma ação insurgente que altera a ordem regulatória dos espaços da cidade, causam fissuras que expõem contradições e conflitos do próprio campo do urbanismo, além de tensionarem a experiência cotidiana e fazerem emergir outras subjetividades. Propomos compreender, portanto, a intrínseca relação entre o ato de ocupar, como um “agir político” (AGIER, 2015), e a história atrelada à espacialidade urbana em que as ocupações se efetivaram de fato, na medida em que a cidade se torna parte ativa destes protestos e não somente um palco performático. Ainda, propomos em uma história recente articular discursos e modos de fazer que permitem relacionar esses protestos a ações anteriores, além de procurar questionar seus desdobramentos.<sup>12</sup>

Saber sobre um movimento popular ou um levante urbano nas configurações em que se deu, nas representações que dele se produziu, implica interrogar, na história dos acontecimentos-insurreições, a história das cidades em que essas condições se desenrolam e a própria historicidade desse acontecimento – insurreição. (VELLOSO, et. al., 2019, p. 232)

## **AVENIDA PAULISTA: ALGUNS HOLOFOTES**

A primeira questão que Velloso (2019) nos convida a fazer, nos direciona à tentativa de compreensão, ainda que brevemente, sobre como a Avenida Paulista teria se tornado um centro convergente de visibilidade na cidade de São Paulo, a fim de abrigar com recorrência esses protestos. Ao tratarmos a Avenida como um local propício para uma “política na rua”<sup>13</sup> (SCHVARSBERG, 2011) – quando a rua é escolhida estrategicamente para uma manifestação

---

<sup>12</sup> É importante ressaltarmos que a participação na pesquisa coletiva “Cronologia do Pensamento Urbanístico” do Laboratório Urbano (PPG-AU/UFPA), em específico no campo de debates da participação, contribuiu para tecermos estas relações históricas e investigarmos os desdobramentos contemporâneos das ocupações, além de mobilizarmos uma discussão acerca da participação e dos ativismos no espaço urbano.

<sup>13</sup> Para Schvarsberg (2011, p.139), a “política na rua” se difere da “política da rua”, ao passo que considera esta última “o exercício político intrínseco às próprias dinâmicas cotidianas do urbano; aquela prática que permaneceu ao nível da rua e adaptou-se às mudanças nas formas como se entrelaçaram as esferas pública e privada na metrópole contemporânea.” Para o autor, enquanto a “política na rua” busca reconhecimento e visibilidade, surgindo em espaços eventuais, causando abalos extraordinários e desequilíbrios no andamento da cidade; a “política da rua” é aquela que atua num regime de invisibilidade, em um exercício micropolítico, de forma molecular e ordinária.

em função da sua visibilidade e do impacto que o protesto poderia causar –, precisamos compreender as características que ao longo do tempo fizeram-na assumir esta posição.

Para Shibaki (2007, p.02) “a Avenida Paulista é considerada um dos maiores ícones de São Paulo, pois simboliza uma metrópole que se metamorfoseou significativamente dentro de um contexto de expansão urbana único.” O fato de a Avenida ter passado por diversos processos que colaboraram para torná-la um espaço simbólico na cidade de São Paulo, desde sua inauguração em 1891, faz com que possamos esboçar os motivos pelos quais a concentração de grande parte das manifestações aconteça ali. Dos seus primórdios até o fim da década de 1930, mesmo sendo marcada por uma ocupação pouco adensada dos casarões pertencentes aos fazendeiros produtores de café, a Avenida Paulista já constituía uma imagem de prestígio, abrigava o luxuoso curso carnavalesco das elites e já era vista como um dos principais “cartões-postais” da cidade. (FRÚGOLI, 2000, p.116)

Inaugurada em 1891, a Avenida fez parte do setor de expansão Sudoeste da capital paulista, loteado por Joaquim Eugênio de Lima – junto a João Augusto Garcia e José Borges Figueiredo –, para a construção de palacetes de uma elite cafeeira (HOMEM, 1996) que deixava o centro antigo para ocupar os terrenos mais altos de São Paulo. Após a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, grande parte dos palacetes da Avenida foram vendidos a investidores interessados nos terrenos por possuírem grandes dimensões para a construção de edifícios de alto padrão (D’ALESSIO; SOUKEF; ALBARELLO, 2002, p.53). Somados a este processo, o advento e a implantação dos primeiros elevadores junto a um ideário modernista de urbanização da cidade – sobretudo com as administrações municipais de Anhaia Melo, pela regulamentação do Código Sanitário, em 1918, e implantação da Lei de Arruamento, em 1931; e de Prestes Maia, pelo Plano de Avenidas, em 1930 (SOMEKH, 1997, p.34) –, fizeram com que a verticalização da capital paulista, inclusive do “Espigão Central” como a Avenida era chamada, fosse intensificada.

Com isso, nos anos 1950 é iniciada uma ocupação pelo setor terciário na Avenida Paulista, sendo inaugurado o seu primeiro edifício comercial. “Dos empreendimentos que impulsionaram esse início, sem dúvida um dos marcos foi o Conjunto Nacional, inaugurado em 1956, projeto do arquiteto David Libeskind [...] cuja ideia inicial era a ‘construção do primeiro *shopping center* do País’”. (FRÚGOLI, 2000, p.118) A partir de então, outros edifícios emblemáticos da arquitetura no país – como o Museu de Arte de São Paulo (MASP), projeto de Lina Bo Bardi, inaugurado em 1968, e o edifício que abriga a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), de Rino Levi, inaugurado em 1979 – passaram a ocupar aquele espaço que se transformava sob uma lógica modernista e rodoviarista.



A decadência dos casarões e o início desta verticalização fizeram com que o simbolismo da Avenida Paulista se intensificasse desde a década de 1940. A instalação do Conjunto Nacional e do MASP antecipou mudanças significativas no espaço da Avenida, incluindo a migração de atividades comerciais e culturais que antes se concentravam no centro antigo, contribuindo para a consolidação, nos anos 1970, de uma nova centralidade em São Paulo.

Nesse período, a Avenida contava com um *boom* imobiliário relacionado aos investimentos de capital internacional no Brasil e endossado pelas obras do Projeto Nova Paulista<sup>14</sup> (1968 - 1974), sendo construídos diversos edifícios para abrigar a chegada de grandes empresas na metrópole paulistana – como a Companhia Energética de São Paulo, Petroquímica União, Grupo Ultra, Duratex, Cacique Café Solúvel, *Goodyer*, etc. O crescimento do capital financeiro da Avenida Paulista foi intensificado pelo estabelecimento de importantes federações, bancos e estatais no espaço, como o Serviço Social do Comércio (SESC), em 1978; o Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (BADESP), em 1973; o Fórum da Justiça Federal, em 1974; e a já citada FIESP, em 1979, reforçando, assim, uma continuidade do seu prestígio e do seu poder.<sup>15</sup>

Prestígio este que viria ser reiterado com a eleição da Paulista como “símbolo da cidade” em uma campanha liderada pelo Itaú em parceria com a Rede Globo, chamada “Eleja São Paulo” e lançada em comemoração ao centenário da Avenida. A campanha fazia parte de um projeto encabeçado também pelo Itaú chamado “Faça São Paulo Melhor”, de 1989, que tinha como objetivo estimular o engajamento dos habitantes na cidade e “despertar o sentido humano de São Paulo, retratando o cotidiano das pessoas que moram nessa metrópole”, e que procurava eleger os maiores “símbolos identificadores” da cidade.

Com 332,4 mil votos, a Avenida Paulista foi a primeira colocada em uma eleição repleta de controvérsias e uma campanha considerada totalmente manipulada. “Seria ingenuidade pensar que o Itaú não teria interesses em promover a Paulista, um forte espaço do capital

---

<sup>14</sup> O projeto Nova Paulista (1968 - 1974), formulado durante a gestão Faria Lima (1965 - 1969) tinha o intuito de propiciar um maior escoamento de veículos pela Avenida, prevendo uma via expressa subterrânea e, em um nível ainda mais baixo, a implantação do metrô. O projeto contemplava, ainda, um grande calçadão com jardins suspensos no nível do chão, aumentando, assim, a área de circulação e recreação de pedestres. As obras se iniciaram na região entre a Avenida Paulista e a Consolação, sendo esse trecho inaugurado em 1971. Por embates políticos, as obras foram interrompidas e o projeto inicial abandonado, persistindo apenas o alargamento da via até 1974.

<sup>15</sup> Hoje, a Avenida Paulista conta com uma série de sedes e agências financeiras, como o Banco Safra, *Citibank* e *Daycoval*, e diversos espaços culturais e museus como o Instituto Moreira Sales (IMS), a Casa das Rosas, a *Japan House*, o Itaú Cultural e o SESC Paulista.

financeiro, [...] e onde veio, além da presença de três agências, a investir [...] posteriormente, com a construção de um centro cultural.” (FRÚGOLI, 2000, p.136)

Concomitantemente a este simbolismo da Avenida Paulista, e não por acaso, esse mesmo período teria marcado um crescente uso do espaço da rua para manifestações políticas na cidade de São Paulo, sobretudo por categorias profissionais como bancários, professores, funcionários públicos, metroviários, metalúrgicos, entre outros. Para Shibaki (2007, p.115), algumas características da Paulista fizeram com que as manifestações passassem a se concentrar naquele local nos últimos anos. Entre elas estão: a localização; a fácil acessibilidade devido à farta rede de transporte; a presença de edifícios culturais; o prestígio; a simbologia; e a visibilidade, estando rodeada por transmissores de televisão e rádio.

Esta mesma visibilidade é um dos motivos de crítica de Olavo Setúbal (em entrevista concedida a Heitor Frúgoli, em 04 de novembro de 1997), ex-prefeito de São Paulo (1975 - 1979) e presidente do grupo Itausa (Investimentos Itaú S.A.), às manifestações na Avenida. Para Setúbal “[...] Da mesma maneira que o ambulante quer vender lá porque tem muita gente, a manifestação de massa quer fazer lá porque tem repercussão no Brasil inteiro. [...] De modo que isso deve ser impedido, em benefício da vida da cidade.”

Por mais que as manifestações na Avenida Paulista tenham sido sempre criticadas ao longo dos anos sobretudo pelo prejuízo ao fluxo do trânsito local, cada vez mais elas se intensificaram ali e, aos poucos, foram deixando os antigos espaços de protesto como a Praça da Sé e o Largo São Francisco. A Avenida passou a abrigar momentos políticos históricos e decisivos no país como as passeatas que levaram ao *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, em 1992, e, mais recentemente, as Jornadas de Junho de 2013, além de inúmeras comemorações festivas, como as festas de *Réveillon*, a Parada do Orgulho LGBT<sup>16</sup> e a Corrida de São Silvestre.

## **MOVIMENTO “OCUPA”: VÁRIAS REPERCUSSÕES**

A segunda indagação que Velloso (2019) nos provoca, sugere que a nossa compreensão dos protestos expostos nas cenas iniciais deste texto seja feita a partir de uma relação histórica

---

<sup>16</sup> A sigla LGBT é utilizada para representar “lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”. No Brasil, por vezes, é utilizada a sigla LGBTI+, em que a letra “I” significa “intersexual” (Fonte: <<https://medium.com/pirata-cultural/o-que-%C3%A9-o-q-de-lgbtq-7556af6d8d6f>> Acesso: 26 de abr. 2019)

com outras ações semelhantes. “1848, 1871 e 1968 em Paris. 1848: a repercussão dos levantes proletários em toda Europa; 1968: arquiteturas e cidades do socialismo; e depois, junho de 2013, no Brasil”. (VELLOSO, et. al., 2019, p. 268)

Apesar de alguns autores tratarem as barricadas de Paris no século XIX, a Comuna de 1871 e o Maio de 1968 como precedentes importantes aos movimentos mais recentes – por causarem momentos disruptivos no curso e na ordem das cidades –, de fato, foi a década de 1990 em diante e os movimentos de enfrentamento ao capitalismo que teriam instaurado um marco para as práticas mais contemporâneas. As manifestações de 1999 contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle; as de 2000 contra a reunião do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial em Praga; e as de 2001 contra a reunião do G8 em Gênova; possuíram algumas características em comum que ainda podemos encontrar nos protestos dos anos 2010 em diante.

Segundo a antropóloga Di Giovanni (2007) os protestos desde Seattle apresentam como forma semelhante, principalmente, a ocupação da rua como tática de confronto, além de formas descentralizadas de organização e modos de comunicação usando tecnologias da informação, o que possibilitou com que estes protestos do fim do século XX e início do XXI ocorressem simultaneamente em diversos locais. “Entre eles estão a chamada ‘ação direta’, percebida como expressão comum de um movimento [...] e a ideia do protesto como liberação de espaços regulados por uma ordem definida como capitalista, opressiva e homogeneizante.” (GIOVANNI, 2007, p. 111)

As características apontadas pela autora são facilmente observadas nos protestos mais recentes. Ao tratarmos dos movimentos de ocupação, os “Ocupas”, vimos uma ascensão e dispersão destas práticas que tomaram a cena em 2011, em um contexto de revoltas que “começou no norte da África, derrubando ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen; estendeu-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e Grécia e revolta nos subúrbios de Londres; eclodiu no Chile e ocupou *Wall Street*, nos EUA [...]”. (CARNEIRO, 2012, p. 7) Para Carneiro (2012, p.8), esta “sequência viral de rebeliões” resguardou uma mesma forma de ação: “ocupação de praças, usos de redes de comunicação alternativas e articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional.”

Houve algo de dionisíaco nos acontecimentos de 2011: uma onda de catarse política protagonizada especialmente pela nova geração que sentiu esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais da internet, em particular o Twitter, tomando uma forma de disseminação viral, um boca a boca eletrônico, com mensagens replicadas a milhares de outros emissores. (CARNEIRO, 2012, p. 9)

Slavoj Žižek (2013), ao dissertar sobre os acontecimentos de 2011, afirma que “o que unifica tantos protestos em sua multiplicidade é que são todos reações contra as múltiplas facetas da globalização capitalista” e se colocam como um enfrentamento a questões econômicas e político-ideológicas, incluindo demandas pela democracia. Carneiro (2012, p. 10) nos traz algumas outras constatações que afirma serem unânimes aos protestos. Primeiro, remete a um momento da política em que “a voz das ruas passou a ocupar o cenário, deslocando velhos aparatos políticos e questionando a ordem do capitalismo financeiro”. Segundo, afirma ser comum às mobilizações uma falta de definição estratégica, programática e teórica, mas em busca de uma alternativa política à medida que consideram um momento de declínio geral do capitalismo e uma necessária democracia real.

Diversos outros autores se dedicaram à compreensão destes protestos contemporâneos através de divergentes opiniões, mas buscando de algum modo elencar características comuns que permitissem entendê-los de forma totalizante, ainda que corressem o risco de generalizá-los. Alves (2012, p. 32), considerando as mobilizações como “exemplos cadentes da verdadeira globalização ‘dos de baixo’, que hoje se contrapõe à globalização dos ‘de cima’”, salienta a constituição densa e complexa dos movimentos sociais. Já Harvey (2012, p. 60), sobre o *Occupy Wall Street*, afirma serem suas táticas ocupar um espaço público central e convertê-lo em um espaço político de iguais.

Ainda, Alves acrescenta à caracterização do que ele intitula de “novos movimentos sociais” – assim como Gohn (2014a) também o fez ao trazer o debate para os ativistas brasileiros –, o fato de serem mobilizações sociais pacíficas que recusam táticas violentas e ilegais a fim de evitar a criminalização do protesto; de usarem redes sociais, como *Facebook* e *Twitter* para ampliarem territorialmente a área de intervenção; de serem capazes de inovar e ter criatividade política na disseminação de seus propósitos; de exporem com “notável capacidade de comunicação e visibilidade, as misérias da ordem burguesa”; e de reivindicarem a democratização radical contra uma “farsa democrática dos países capitalistas centrais.” (ALVES, 2012, p. 33)

Já Castells, ao discorrer sobre o *Occupy* nova-iorquino, enfatiza a rápida difusão das manifestações como reflexo da sua propagação pelo espaço *online* através das mídias sociais. “O movimento nasceu na internet, difundiu-se pela internet e manteve sua presença pela internet, já que muitas ocupações, assim como grupos específicos e outras redes sociais, criaram seus próprios sites”. Para o autor, a continuidade das mobilizações no espaço da *internet* elimina as fronteiras estritamente definidas, aumentando as chances de participação

dos manifestantes e descentralizando as estruturas de organização.<sup>17</sup> Entretanto, afirma ao mesmo tempo a importância da ocupação do espaço público como forma material, em que “os manifestantes podiam reunir-se e formar uma comunidade para além de suas diferenças. Um espaço de convivência. Um espaço de debate (...). Em suma, um espaço de autonomia”<sup>18</sup> (CASTELLS, 2013, p.128).

Ainda, Castells (2013, p.24) afirma que estas “novas vias de mudança social, mediante a capacidade autônoma de comunicar-se e organizar-se têm sido descobertas por uma nova geração de ativistas, para além do alcance dos métodos usuais de controle empresarial e político”. Para o autor, tais vias, embora já houvessem precedentes no início dos anos 2000, tiveram maior visibilidade ou alcançaram a “manifestação plena” na Islândia, em 2008, com a Revolução das Panelas em prol da construção coletiva de uma Constituição; e na Tunísia, em 2010, com a Revolução do Jasmim a favor de um governo democrático, considerada o estopim para os protestos que ficaram conhecidos como Primavera Árabe e se espalharam por países como Egito, Líbia, Síria, Iêmem e Barein.

Quando observados estes protestos no contexto nacional, é importante pontuarmos as Jornadas de Junho de 2013 como parte desta “sequência viral” que marcou os anos 2010. Apesar de terem assumido uma dimensão nacional e tomado outros espaços de protesto, as Jornadas foram manifestações que se iniciariam pontualmente em São Paulo encabeçadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento municipal da tarifa do transporte público. Segundo Damo e Oliven (2014) as Jornadas caracterizaram-se por estarem ligadas à atuação de coletivos jovens, com certa horizontalidade na sua organização, com um uso amplo das redes sociais na convocação dos atos e com uma dinâmica de ocupação das ruas e de espaços urbanos.

Em números, entre junho e agosto de 2013, ocorreram manifestações em 483 cidades (GOHN, 2014b, p. 7), chegando ao total de 250 mil pessoas na rua em 17 de junho de 2013

---

<sup>17</sup> É importante ressaltar que a *internet* enquanto legítimo instrumento democrático passa a ser questionada primeiro, por nos colocar em “bolhas digitais” – quando através da programação algorítmica dos endereços virtuais, os perfis dos usuários são pautados pelo seu consumo de informações, o que personaliza as buscas no meio digital para cada pessoa e limita a sua interação (PARISIER, 2012); e segundo, por percebermos a propagação alarmante e crescente de *fake news* [notícias falsas] no ambiente digital. Acredita-se que grande parte dos usuários das redes sociais compartilhem notícias sem ao menos ler o seu conteúdo. “Informações demais, tempo de menos, torcida pela sua versão da história (quando alguma ideologia está em jogo) e, é claro, um pouco de preguiça: está aí o fértil campo minado da pós-verdade.” (BRANCO, 2017, p.58)

<sup>18</sup> O que o autor caracteriza como “espaço de autonomia” é justamente esta atuação dos manifestantes neste campo híbrido entre o *online* e *offline*, possibilitando a constituição de uma nova forma de espaço e tempo que, segundo ele, amplifica o debate.

na cidade de São Paulo e quase 1 milhão de pessoas na rua em todo o país três dias depois.<sup>19</sup> Na capital paulista, estes protestos se concentraram principalmente na Avenida Paulista, espalhando-se, posteriormente, para o Largo da Batata.

Esta data de 17 de junho, o quinto ato das Jornadas, teria marcado o ápice dos protestos em números e alcance midiático. A repressão policial extremamente violenta dias anteriores haveria causado uma “solidariedade ao movimento” e feito com que outros manifestantes se juntassem à causa. De acordo com Secco (2013), o ataque a um protesto composto aparentemente pela classe média pode ter facilitado esta adesão. Nesse contexto, “a direita midiática se viu forçada a apoiar os manifestantes – mas com sua própria pauta. Por isso, o decisivo não foi a violência, tão *natural* contra trabalhadores organizados, e sim sua *apropriação* pela imprensa.” (SECCO, 2013, p.74, grifos do autor)

Para o autor, após esse episódio, uma mudança ideológica das manifestações coincidiu com uma redução significativa no número de manifestantes, passando de um movimento que se dizia apartidário para, então, se tornar “antipartidário”. Contudo, e sobretudo pela divulgação dos protestos nas mídias tradicionais e nas redes sociais, as manifestações logo alcançaram um visível aumento de escala, mas acompanhado por uma fragmentação e individualização dos participantes.

“Passeatas quilométricas foram organizadas em uma cidade cuidadosamente planejada para que o trânsito não sofresse grandes impactos e os manifestantes só tivessem a eles próprios como debatedores da pauta.”<sup>20</sup> Os desdobramentos destes acontecimentos foram inúmeros e, portanto, difíceis de defini-los. Apesar de diversos autores terem se dedicado à análise das Jornadas, as opiniões ainda são divergentes, tornando a sua compreensão bastante turva e sem delineamentos precisos. Como repercussão, de maneira geral e até generalista, o que vimos após o ano de 2013 foram grandes manifestações vestidas de verde e amarelo tomarem as ruas de todo o país e principalmente a Avenida Paulista, em atos que se diziam contra a corrupção e pediam o *impeachment* de Dilma Rousseff.

---

<sup>19</sup> Secco (2013, p.73-76) nos apresenta alguns gráficos com o registro do número de manifestantes na cidade de São Paulo e em todo o restante do país, assim como a quantidade de cidades em que houve protestos no mês de junho de 2013.

<sup>20</sup> Trecho do texto “A pasteurização do protesto” de Renato Watanabe de Moraes, publicado no blog da Boitempo em 28 de junho de 2013. Ver em <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/28/a-pasteurizacao-do-protesto/>>. Acesso em 04 de jul. 2019.

Tentar compreender o processo de Junho de 2013 e seus desdobramentos é tarefa que envolve uma série de dificuldades: distintas motivações, atores antagônicos no espectro político-ideológico e pautas contraditórias. Dos vinte centavos ao descontentamento com o governo petista; da esquerda revolucionária à direita fascistoide; do clamor por um Estado mais forte e poroso à participação popular, ao “fora todos” e às reivindicações por reforma política. Passados cinco anos, já com certo distanciamento temporal e metodológico, podemos apontar a inclusão de novos repertórios de protesto, a reorganização ativista da direita, o aumento das manifestações em vias públicas – tanto por setores progressistas quanto conservadores –, e uma socialização política da juventude, além de crises institucionais notadamente atribuídas ao turbulento Junho. Todavia, há ainda uma densa neblina que não nos permite enxergar com total clareza os acontecimentos de Junho de 2013 em sua completude, observando-os para além das dicotomias políticas que lhes são inerentes. (REZENDE; GOMES; BOREL, 2018)

## SEQUÊNCIA VIRAL: DUVIDOSOS DESDOBRAMENTOS

As relações entre os protestos esboçados são inúmeras. Não somente podemos notar características que possibilitam articular as manifestações pós 2011 aos movimentos precedentes – como a ocupação da rua, a constituição de redes, a comunicação e a organização descentralizadas e a simultaneidade –; como também podemos perceber um encadeamento e uma reprodução viral desse “modo de fazer”. Apesar de apresentarem modos semelhantes de ocupação do espaço, é preciso salientar que a possível “viralização” destas práticas teria permitido uma atuação de diversos atores com interesses amplos, o que culminaria em diferenças significativas entre estes protestos.

Além dos três movimentos de ocupação que iniciam esse texto – e que são extremamente distintos entre si apesar de utilizarem do acampamento no espaço público como tática de confronto – foram diversas outras ocupações que eclodiram no Brasil após a aclamada “volta às ruas” de 2013. A título de exemplo, o Ocupe Cocó, em Fortaleza (2013); Ocupe Estelita, em Recife (2014); Ocupa Golfe, no Rio de Janeiro (2014); Ocupa Parque Augusta, em São Paulo (2015); Primavera Secundarista e Ocupa Minc (2016), ambos de escala nacional.<sup>21</sup>

Esta reprodução quase modelar, quando a “noção de modelo em sua mais corrente acepção, sugere sua reprodutibilidade: objeto digno de ser reproduzido por imitação” (SÁNCHEZ; MOURA, 1999, p.100), estaria muito associada às “*best practices*” que indicariam maneiras de ser e lições presentes em guias e manuais a fim de reproduzir ou orientar a formação dos protestos.<sup>22</sup> Somados a esta “viralização”, a problemática definição estratégica e o “vazio

---

<sup>21</sup> Outras ocupações tomaram a cena no país como o Ocupa Cabral, Ocupa Funai, Ocupa SUS, Ocupa Alckmin, Ocupa Alemão, Ocupa Câmara, Ocupa a Rede Globo.

<sup>22</sup> A “Escola de Ativismo” é um exemplo que procura registrar conteúdos que “vão desde Roteiros de Aprendizagem utilizados para cada processo até a sistematização de conhecimentos relacionados ao ativismo contemporâneo”,

ideológico” de parte das mobilizações nacionais também teriam contribuído para uma possível banalização de algumas ocupações como forma de protesto. A exemplo, vimos ocorrer em outubro de 2012 uma manifestação em São Paulo com aproximadamente 10 mil pessoas ocupando a praça Roosevelt, no centro da capital paulista, em um ato organizado por coletivos ligados à cultura chamado “Existe amor em São Paulo”. A manifestação teve como característica a pacificidade, não por exigir “mais amor, mais respeito e mais solidariedade”, mas por ter sido considerada “desengajada” em um contexto em que “protestar se tornou uma questão estritamente pessoal e o ativismo, a rigor, um estilo de vida”<sup>23</sup>.

Ainda neste clamor pela volta aos espaços públicos, a campanha “Vem pra rua”, lançada em maio de 2013 pela montadora de automóveis *Fiat*, convidando pessoas a ocuparem os espaços das ruas para uma torcida coletiva pela seleção brasileira de futebol na Copa das Confederações, nos ajuda a tensionar a noção em torno do ato de ocupar. “Gerar engajamento entre os brasileiros, incentivando-os a irem para às ruas torcer pelo Brasil. Este é o conceito da plataforma de comunicação Vem pra Rua, lançada pela Fiat na última semana.”<sup>24</sup> Após virar tema das Jornadas de Junho de 2013 com a *hashtag* #vemprarua e tornar-se um dos gritos dos manifestantes mais ligados à direita conservadora, a campanha foi tirada do ar. No ano seguinte, o “Vem pra rua” deu nome a uma organização que se definia como “suprapartidária, democrática e plural” e que se vestia de verde e amarelo para ir às ruas, principalmente, à Avenida Paulista, dizendo querer “um Brasil livre da corrupção, com uma política feita com ética e um Estado desinchado e eficiente, verdadeiramente democrático e justo”.<sup>25</sup>

Essa concatenação de acontecimentos e os seus esgarçamentos e desdobramentos possíveis nos colocam diante de uma necessária compreensão particular, contextualizada e não generalista destas manifestações. Walter Benjamin nos dirá que nossa capacidade e faculdade mimética – a habilidade em perceber e produzir semelhanças – deve ser

---

produzindo manuais aos manifestantes que englobam “listagem de ações não-violentas”, “estratégias de campanha” e “técnicas de como falar com a imprensa”. A proliferação destes manuais não se restringe à Escola e perpassa por diversos outros grupos, como o “Manual para pessoas manifestantes” do coletivo “Urucum”; o “Kit de ferramentas para ativistas” do “Greenpeace”; o “Guia de proteção do manifestante” do “Protesto.org”; o “Guia para filmar violência policial em protestos” do “Witness”, entre outros. Ver em <<https://ativismo.org.br/>>. Acesso em: 04 de jun. 2018.

<sup>23</sup> Trecho da entrevista de Paulo Arantes em “O futuro que passou”, de 22 de junho de 2013 no Estado de São Paulo. Disponível em <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,o-futuro-que-passou,1045705>>. Acesso em 05 de jul. de 2019.

<sup>24</sup> Ver em <<https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2013/05/20/fiat-quer-todo-mundo-na-rua.html>>. Acesso em 05 de jul. 2019.

<sup>25</sup> Ver em <<https://www.vemprarua.net/>>. Acesso em 05 de jul. 2019.



contingente à mudança histórica e mutável ao contexto específico do espaço. “Deve-se refletir ainda que nem as forças miméticas nem as coisas miméticas, seu objeto, permaneceram as mesmas no curso do tempo [...]” (BENJAMIN, 2006, p.108)

Aproximar os movimentos de ocupação recentes aos protestos históricos pode nos permitir tecer relações e criar redes afins. Contudo, é fundamental percebermos pontos de inflexão e mudanças de direção que não nos deixam inseri-los todos no mesmo caldo, nem atribuímos características totalizantes. Dos protestos globais de 2011 – sobretudo a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha e o *Occupy* nos Estados Unidos – ao Junho de 2013 brasileiro, percebemos uma virada de chave que nos levou a um encadeamento de fatos ainda bastante nebulosos. A adoção destas práticas de ocupação por manifestantes mais ligados à extrema direita nos mostrou uma reivindicação repleta de pautas com uma dimensão política que se distancia das lutas originais em torno das quais as ocupações se constituíram, abrindo possibilidades para uma ameaça à democracia. Alves (2012, p.38) irá nos apontar que se por um lado teríamos um aprofundamento da crise social na década de 2010, por outro, a falta de estratégia dos protestos e o extremismo conservador de determinados partidos políticos nos colocariam diante de um “caldo ameaçador de fascismo político sob o pano de fundo da barbárie social”, do qual estaríamos colhendo os frutos até então.

Os três acampamentos na Avenida Paulista que abrem o texto nos mostram as mais distintas situações – desde um protesto ligado aos movimentos históricos de ocupação e luta por terra urbana, a uma onda global e viral de ocupações, até a derrocada para uma direita conservadora – que poderiam apontar e friccionar relações múltiplas. Interessa-nos olhar para estas manifestações a partir destas multiplicidades e dissonâncias, compreendendo que estes momentos disruptivos da ordem não só resguardam semelhanças históricas – que possibilitam inclusive nos levar a uma compreensão da história do urbanismo a partir das insurgências<sup>26</sup> –, mas evidenciam heterogeneidades e tensionam contradições.

Ao tomar a metrópole, as práticas insurrecionais parecem trazer consigo a evidenciação de um desgaste: os dispositivos que organizam o uso da cidade não comportam sua heterogeneidade, contradições e reivindicações de reconhecimento das diversas formas de existência. (VELLOSO, et. al., 2019, p. 265)

---

<sup>26</sup> Assim como Velloso bem o faz em seus textos “Pensar por constelações” (2018) e “Fazer por constelações” (2019).

## REFERÊNCIAS

- AGIER, M. “Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro”. **MANA**, v. 21, n. 3, 2015, p. 483-498.
- ALVES, G. Ocupar Wall Street... e depois?. In: HARVEY, D. (et al.). **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 31-38.
- ARANTES, P. “O futuro que passou”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22.6.2013.
- BENJAMIN, W. **A modernidade**. Lisboa: Assirio & Alvim, 2006.
- BRANCO, S. “Fake News e os Caminhos para Fora da Bolha”. **Interesse Nacional**, ago./out., 2017, p. 51-61.
- CARNEIRO, H. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D. (et al.). **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 07-14.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- D’ALESSIO, V.; SOUKEF, A.; ALBARELLO, E. **Avenida Paulista**: a síntese da metrópole. São Paulo: Dialetto Latin American Documentary, 2002.
- DAMO, A.; OLIVEN, R. A rebeldia festiva. In: \_\_\_\_\_. **Megaeventos esportivos no Brasil**. Campinas: Armazém do Ipê, 2014. p. 163-185.
- FRÚGOLI JR., H. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez; Edusp, 2000.
- GIOVANNI, J. **Seattle, Praga, Gênova**: política anti-globalização pela experiência da ação de rua. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- GOHN, Maria da Glória. “A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais”. **Caderno CRH**. Salvador, v. 27, n. 71, jun./ago., 2014a, p. 431-441.
- \_\_\_\_\_. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014b.
- GOULART, D. **O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.
- HARVEY, D. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: \_\_\_\_\_. (et al.). **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 57-64.
- HOMEM, M. **O palacete paulista e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira**: 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- OLIVEIRA, R. “Cibercultura, apropriação do espaço público e os usos da cultura digital: o caso do Ocupa Sampa, os Indignados de São Paulo”. **ANPOCS**, 38. Anais. Caxambu, 2014, p.1-24.
- PARISER, E. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2012.
- REZENDE R.; GOMES S.; BOREL M. “De 2013 a 2018: interpretações sobre as jornadas de junho cinco anos depois”. **Brasil de fato**, Rio de Janeiro, 05.06.2018.

SÁNCHEZ, F.; MOURA, R. “Cidades-modelos: espelho de virtude ou reprodução do mesmo?”. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 1999, p. 95-114.

SCHVARSBURG, G. **Rua de contramão**: o movimento como desvio na cidade e no urbanismo. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SECCO, L. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia (et al.). **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 71-78.

SHIBAKI, V. **Avenida Paulista**: da formação à consolidação de um ícone da metrópole de São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOMEKH, N. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**: São Paulo 1920-1939. São Paulo: Studio Nobel; Edusp; FAPESP, 1997.

VELLOSO, R. Pensar por constelações. In: JACQUES, P.; PEREIRA, M. (org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**: tomo I - modos de pensar, Salvador: Edufba, 2019, p. 98-121.

VELLOSO, Rita (et al.). Fazer por constelações. In: JACQUES, P.; PEREIRA, M. (org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**: tomo II - modos de fazer, Salvador: Edufba, 2019, p. 224-329.

ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no paraíso. In: MARICATO, Ermínia (et al.). **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 101-108.